

**APRECIACÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**  
**AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL**  
**PEDREIRA DE SANTA LUZIA**  
**FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO**

**REGISTO: INT-SRAAC/2024/5697**

## **1. INTRODUÇÃO**

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao projeto de exploração da “Pedreira de Santa Luzia”, enquadrado no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro (Diploma AILA), iniciou-se a 20 de agosto de 2024, dia útil imediatamente posterior à entrada na Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (DRAAC), na qualidade de Autoridade Ambiental, dos documentos obrigatórios inerentes ao procedimento: o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) em suporte digital e a Plano de Pedreira.

Em conformidade com o definido no Diploma AILA, foi constituída a Comissão de Avaliação (CA) do EIA, composta pelos Serviços ou Entidades abaixo indicados, cujos representantes foram nomeados pelos respetivos dirigentes:

- Divisão de Ação Climática e Avaliação Ambiental da Direção Regional do Ambiente e Ação Climática, que preside à CA, representada por Nuno Pacheco, que será substituído nas suas faltas e impedimentos por Filipe Pires;
- Serviço de Ambiente e Ação Climática do Pico (SAACP), representado por José Carlos Machado;
- Serviço da administração pública com competência em matéria de ordenamento territorial da Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial, representado por Ana Rita Dinis;
- Divisão de Gestão da Água da Direção Regional do Ambiente e Ação Climática, representada por Tiago Fraga;
- Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade, na qualidade de Entidade Licenciadora e representada por Andrea Costa, que será substituída nas suas faltas e impedimentos por Frederico Carreiro;

Todos os documentos entregues, em suporte digital, foram disponibilizados aos técnicos envolvidos na CA, através da rede informática dos Serviços da Administração Regional, para adequada apreciação individual.

Assim, com recurso a esta metodologia viabilizou-se a emissão do presente parecer coletivo de apreciação da conformidade do presente EIA com a legislação em vigor, tendo em conta os objetivos inerentes ao procedimento de AIA.

## **2. APRECIÇÃO GENÉRICA DO EIA**

O EIA ao projeto de exploração da “Pedreira de Santa Luzia”, é constituído pelo Relatório Técnico (RT) e pelo Resumo Não Técnico (RNT). Com este, foi submetido o Plano de Pedreira, que integra o Plano de Lavra, o Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP), Plano de Segurança e Saúde & Sinalização, bem como o Plano Económico. O EIA procura, através deste conjunto de documentos, cobrir todo o conteúdo exigido pelo Diploma AILA.

O RT começa por identificar os objetivos gerais do Estudo, prosseguindo com a identificação do projeto, a fase em que o mesmo se encontra, o proponente, a entidade licenciadora e a autoridade ambiental. Continua com o enquadramento legal do procedimento de AIA, bem como com a exposição da metodologia e estrutura geral do EIA.

Em rigor é assumido que a sua estrutura teve como principal orientação a legislação vigente neste domínio na Região Autónoma dos Açores, bem como os documentos orientadores da Agência Portuguesa do Ambiente e do Ministério com a tutela do Ambiente na administração central.

Ainda e no mesmo capítulo, o documento apresenta a equipa responsável pela elaboração do EIA e as principais habilitações dos seus membros.

Seguidamente o RT apresenta o projeto, os seus objetivos e justificação para o mesmo, as principais características técnicas, realizando, ainda, uma resumida apresentação do preconizado no Plano de Lavra, no PARP e no Estudo de Viabilidade Económica.

Prossegue com a análise da compatibilidade do projeto com os instrumentos de gestão territorial e condicionantes do território.

O RT continua com a caracterização da situação de referência da área de estudo, recorrendo aos fatores ambientais que considerou pertinentes para esta exposição. São seguidamente identificados os impactes ambientais perspetivados para as fases de construção, exploração e desativação, acompanhados de propostas de medidas de mitigação dos efeitos negativos,

assim como de medidas compensatórias e de potenciação dos impactos positivos. O EIA não preconiza, à partida, qualquer programa de monitorização, terminando com um capítulo relativo às alternativas ao projeto e outro com considerações finais.

O RNT, através de questões nele contidas, responde às razões do procedimento de AIA, identifica as entidades envolvidas, descreve o projeto, apresenta sucintamente a área de estudo, os impactos resultantes da execução do projeto, as medidas que propõe no sentido de minimizar os efeitos negativos, com uma linguagem mais acessível ao público em geral, resumindo os aspetos a que foi dada maior relevância no RT. A CA considera o RNT, no essencial, adequado.

A CA entende que no EIA existem lacunas e imperfeições que, contudo, são possíveis colmatar e corrigir antes da Consulta Pública, de modo a não comprometer a conformidade do EIA.

### **3. APRECIÇÃO ESPECÍFICA DO RELATÓRIO TÉCNICO E DO RESUMO NÃO TÉCNICO COMO DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DO EIA**

No presente capítulo do parecer expõem-se as apreciações da CA específicas para os diferentes conteúdos dos volumes obrigatórios do EIA, feitas com o objetivo de verificar a informação essencial disponível (incluindo o seu rigor), aferindo se estão reunidas as condições para este ser disponibilizado para Consulta Pública, se necessita ainda de aperfeiçoamentos imprescindíveis ou até de se proceder à sua total reformulação.

#### **3.1 – Relatório Técnico**

Neste ponto do parecer, as apreciações serão expostas seguindo a estrutura interna do RT.

Poderão existir imperfeições no RT não referidas neste parecer, se as mesmas forem consideradas irrelevantes para expressa menção e não comprometerem a conformidade do EIA.

#### Capítulo 1 – INTRODUÇÃO

Neste capítulo, o EIA começa por identificar o projeto, os objetivos gerais do Estudo, a fase em que o projeto se encontra, o proponente, a entidade licenciadora, bem como a autoridade ambiental. Continua com o enquadramento legal do procedimento de AIA, bem como com a exposição da metodologia e estrutura geral do EIA, onde se inclui um Resumo Não Técnico e o Relatório Técnico.

É, ainda, descrita a composição da equipa técnica responsável pela elaboração do EIA, com a discriminação das principais habilitações dos seus elementos.

A CA considera adequada a exposição realizada, não tendo qualquer comentário a efetuar.

## Capítulo 2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

### Enquadramento Geográfico

O projeto da Pedreira de Santa Luzia localiza-se na freguesia de Santa Luzia, no concelho de São Roque do Pico, ilha do Pico. Insere-se num terreno propriedade do promotor e enquadra-se numa zona com atividade industrial.

### Objetivo e justificação do projeto

O objetivo do projeto é o licenciamento de uma exploração de basalto s./l., para consumo do proponente e para comercialização, enquanto produto tal e qual ou como produto transformado, para fornecimento do mercado de construção civil e obras públicas da ilha do Pico.

O prédio no qual se insere o presente projeto já foi objeto de anteriores processos de licenciamento para a atividade de exploração de massas minerais, nomeadamente em dois períodos – 2012 e 2016 – promovidos por outro proponente, então proprietário do respetivo prédio. Entretanto, o prédio no qual se inseria a pedreira veio a ser transacionado com entidade terceira, junto da qual o atual titular adquiriu a respetiva propriedade.

Mediante a titularidade obtida, o proponente solicitou, em 2023, a transmissão da licença de exploração a seu favor, processo que não veio a ser concluído por ausência de anuência por parte do detentor da anterior licença.

Face à reconhecida disponibilidade do recurso mineral basalto no local e à viabilidade de licenciamento no que respeita a atividade de exploração de massas minerais em termos dos instrumentos de gestão territorial e condicionantes legais vigente, a proponente - Sadibritas Azores, Lda. - solicitou à LabGeo – Engenharia e Geotecnologia a elaboração do projeto de licenciamento em apreço.

### Descrição Sumária do Projeto

De acordo com a documentação remetida, o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) em questão diz respeito ao projeto “Pedreira de Santa Luzia” de exploração de massas minerais denominada basalto s./l., para uma área localizada de Santa Luzia, no concelho de São Roque do Pico, ilha do Pico.

Este projeto enquadra-se numa propriedade com uma área de 58.080 m<sup>2</sup>, sendo que a área da pedreira é de 35.410 m<sup>2</sup> e a empresa interessada na sua implementação denomina-se Sadibritas Azores, Lda..

O projeto, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n. º12/2007/A, de 5 de junho, é constituído pelo Plano de Pedreira que engloba o Plano de Lavra e o Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP).

O Plano de Lavra prevê trabalhos de preparação da área com a remoção do coberto vegetal e de solos. Os solos serão acondicionados no local, para posterior utilização nas tarefas de recuperação paisagística. A remoção de espécies vegetais dotadas de estatuto de proteção só poderá ser efetuada após autorização prévia, mediante pedido a formular junto do Serviço Florestal da ilha.

Relativamente à lavra é referido que as operações de desmonte serão realizadas com recurso a escavadora com martelo hidráulico quando a fracturação e/ou desagregação do maciço rochoso permitir ou com recurso a substâncias explosivas, sempre que se mostre necessário. A utilização de substâncias explosivas será efetuada apenas nos dias úteis e durante o período diurno. A detonação de explosivos será precedida, em dez minutos, por um sinal sonoro de aviso à sua realização. Após a detonação e perante a confirmação da existência de condições de segurança, será emitido novo sinal sonoro de permissão de retoma dos trabalhos.

Desta forma, para os trabalhos de desmonte serão necessárias substâncias explosivas e máquina de perfuração (para execução dos furos). Será também utilizada escavadora com martelo hidráulico sempre que a fracturação do maciço assim o permita. As operações de carga e transporte serão efetuadas com recurso a pá carregadora e a expedição dos materiais será efetuada por camiões.

O projeto prevê que o desmonte do recurso mineral seja realizado em profundidade, estabelecendo taludes subverticais com altura média de 10 m e bancadas às cotas de 63, 53, 43 e 33 m.

O Plano de Lavra estima 779.314 m<sup>3</sup> de reservas brutas e cerca de 5% de materiais estéreis. Tendo em consideração o cálculo das reservas brutas da pedreira, a previsão da capacidade de desmonte e uma extração média anual de 15.000 m<sup>3</sup>, prevê-se que a exploração decorra durante 52 anos.

No que diz respeito ao PARP, este será implementado de uma forma sequencial e contemporânea aos trabalhos de exploração do recurso mineral, visando a menor exposição superficial possível de área intervencionada. Os trabalhos de recuperação propostos, consistem em:

- regularização dos terrenos (aterros de cobertura e solos), o revestimento vegetal e enquadramento paisagístico, a desativação e encerramento, que inclui a remoção

das estruturas utilizadas na área do projeto, e a manutenção e conservação do local pós-projeto.

- As zonas depressionárias e os taludes gerados com o desmonte serão suavizados por enchimento parcial até à cota de 45 m com materiais resultantes do processo de exploração e solos e rochas limpos a receber provenientes de aterros e escavações.
- No revestimento dos aterros serão acomodados solos com características edafológicas semelhantes às dos solos existentes na envolvente, numa espessura aproximada de 0,1 m.
- O projeto preconiza que a recuperação da área seja em floresta nativa, ou seja, assim que o solo esteja adequadamente acondicionado será efetuada sementeira com espécies de gramíneas leguminosas em toda a área. Posteriormente será efetuado plantio de espécimes de urze (*Erica azorica*), faia (*Morella faya*) e louro (*Laurus azorica*).
- Uma vez que os trabalhos de exploração deverão terminar no final do ano 52, os trabalhos de recuperação ambiental e paisagística deverão prolongar-se até ao final do último ano do projeto (ano 53). No último semestre decorrerão os trabalhos de desativação e encerramento, que consistirão na remoção das estruturas utilizadas na área, como a sinalização, contentores de resíduos e os equipamentos utilizados.

#### Conformidade com Condicionantes e Ordenamento do Território

Neste capítulo é apresentada uma listagem dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor na área de incidência do projeto, por âmbito e tipo de IGT. Tendo em conta o âmbito do objeto em análise, concorda-se com os documentos elencados e com a análise apenas dos IGT com aplicação direta ao projeto (Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da RAA e Plano Diretor Municipal de São Roque do Pico).

Relativamente ao Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da RAA, importa esclarecer que, conforme anterior entendimento da entidade com tutela sobre Ordenamento Territorial, tratando-se de um plano setorial, a sua aplicação a entidades privadas está dependente da adaptação do PDM ao mesmo, através da transposição das normas relativas à atividade extrativa e dos elementos gráficos, nomeadamente a delimitação das Áreas de Gestão (AG) e das Áreas de Integração Ambiental e Paisagística (AIAP), nos termos do artigo 8.º do regulamento do PAE.

No que respeita ao PDM São Roque do Pico, e pese embora a maior parte da área do projeto se insira numa área classificada como Espaço Industrial, verifica-se a sobreposição com Espaços Florestais de Proteção, conforme se pode observar na Figura 2.7, pelo que deve ser acrescentada a análise a esta classe de espaço.

Julga-se pertinente registar que o projeto carece de parecer por parte da Câmara Municipal de São Roque do Pico, a entidade competente na verificação da compatibilidade do pretendido com o estipulado no PDM de São Roque do Pico.

Por último e no que concerne às condicionantes legais, o RT na tabela 2.4 apresenta a listagem de todas as condicionantes legais mediante a estrutura do Portal do Ordenamento do Território dos Açores, bem como a sua aplicação específica ao projeto.

Importa referir que, de acordo com a informação disponível no SIG da SRAAC, a área do projeto não se sobrepõe com o Regime Florestal, mas encontra-se nos limites desta condicionante. Neste sentido, entende-se, também, pertinente a consulta dos serviços com competência nesta matéria, para emissão de parecer.

Tendo em conta a proximidade do projeto à zona de proteção da infraestrutura aeroportuária, informa-se que esta condicionante é estabelecida no Decreto Regulamentar Regional n.º 28/84/A, de 7 de agosto e não na legislação elencada no RT, pelo que este subcapítulo deve ser reformulado. Esta nota deve ser tida com consideração na tabela 2.4

### Capítulo 3 – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

A equipa do EIA começa por expor as fontes utilizadas para a caracterização da situação de referência, ao que se segue a listagem dos fatores ambientais considerados significativos para este procedimento de AIA, integrando, ainda, uma figura com o enquadramento geral da área do projeto. Prossegue com a caracterização da situação de referência, de acordo com os fatores ambientais considerados significativos para este procedimento de AIA.

A apreciação abaixo exposta, dentro dos vários fatores ambientais discriminados no RT, foi repartida pelos vários técnicos que integram a CA, tendo em atenção a distribuição das competências dos serviços que os mesmos representam.

O RT não caracteriza o Ordenamento do Território, enquanto descritor, nem apresenta impactos ambientais associados ao mesmo, sendo apenas efetuado o enquadramento no capítulo 2.4 Conformidade com Condicionantes e Ordenamento do Território. Nada há a opor a esta questão neste projeto em concreto, uma vez que se trata de uma exploração de massas minerais em Espaço Industrial.

## **- Clima**

O RT começa por expor a metodologia e fontes utilizadas para a realização da caracterização do clima nos Açores e em particular na área de implantação do projeto. A caracterização assenta nos parâmetros vento, temperatura do ar, precipitação e humidade relativa do ar.

A CA considera ser suficiente a caracterização apresentada e nada de relevante tem a referir relativamente à caracterização da situação neste fator ambiental.

## **- Geologia e Geomorfologia**

Neste fator ambiental, é realizada a sumária caracterização geológica, geotécnica, geomorfológica e de riscos geológicos da ilha do Pico, a qual é mais aprofundada para a área de estudo, o flanco nor-nordeste do Complexo Vulcânico da Montanha, sendo também abordado o essencial da tectónica.

Refira-se a existência de uma tabela com as principais características geotécnicas das formações geológicas presentes nos Açores, onde se inclui, naturalmente, informação relativa à formação geológica presente na área de estudo – *escoadas lávidas basálticas*.

Ainda neste descritor, é abordado o enquadramento legal associado à exploração dos recursos geológicos existentes, bem como os presentes na área de estudo, no caso, recursos geológicos de propriedade privada, designadamente massas minerais de origem, fundamentalmente, vulcânica, correspondendo a recursos minerais não metálicos.

Em termos geomorfológicos, a área de estudo integra a unidade geomorfológica Montanha do Pico, uma das três da ilha, que inclui os relevos do estratovulcão da Montanha e alguns cones secundários nos seus flancos. À altitude do empreendimento, o relevo apresenta-se suave e com baixos declives.

O EIA, realiza também, em termos que se entendem suficientes, a caracterização genérica da tectónica da ilha do Pico.

No que respeita a riscos geológicos com maior probabilidade de ocorrência neste sector da ilha, são identificados a ocorrência de sismos e vulcões.

A CA considera que foi fornecida informação suficiente para os objetivos da consulta pública e apreciação dos impactes do projeto ao nível deste fator ambiental.

## **- Solos**



Na caracterização da situação de referência o EIA junta num único fator ambiental a descrição pedológica e o uso ou ocupação deste.

Ao nível da caracterização pedológica dos solos, o EIA começa por referir a origem vulcânica dos materiais e o contexto climático de desenvolvimento. Destes resultaram solos, onde predominam os andossolos, os quais são objeto de breve caracterização química.

Nada a referir, a análise efetuada à Carta de Ocupação do Solo da Região Autónoma dos Açores 2018 é adequada. Assim, a área do projeto insere-se em Florestas de folhosas e, numa ínfima parte, em Áreas em construção.

A CA considera suficiente a caracterização pedológica e de uso do solo apresentada no EIA para avaliação dos impactes do projeto neste fator ambiental.

### **- Hidrogeologia e Recursos Hídricos**

Para a caracterização deste fator ambiental o EIA recorre, essencialmente, ao Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, sendo feita uma caracterização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

No que respeita aos Recursos Hídricos Superficiais o EIA apresenta uma caracterização sucinta da rede hidrográfica da ilha do Pico, sendo referido que, atendendo ao regime temporário e sem qualquer afluência de um grande número de cursos de água, apenas as ribeiras do Soldão e de Dentro, nas vertentes sudeste e nordeste da Montanha do Pico, apresentam algum grau de desenvolvimento e hierarquia. Prossegue com a caracterização da área do projeto no contexto da rede hidrográfica da ilha do Pico, apresentando uma figura ilustrativa adaptada do Plano Regional da Água (2001), estando os cursos de água mais próximos da área do projeto a uma distância superior a 1000m.

No que se refere à Hidrogeologia e Recursos Hídricos Subterrâneos, o EIA começa por referir a diversidade dos valores relativos aos parâmetros hidrodinâmicos observados nos aquíferos, tendo em conta a natureza dos materiais geológicos, nomeadamente formados por materiais lávicos ou materiais piroclásticos.

Seguidamente identifica as massas de água subterrâneas na ilha do Pico, assim como as nascentes e os furos inventariados, seguindo-se a apresentação de uma imagem com o enquadramento da área de estudo no contexto dos recursos hídricos subterrâneos verificando-se que a área de estudo se enquadra na massa de água subterrânea denominada Montanha 1. É também feito um enquadramento da área do projeto e das captações de água para consumo humano mais próximas (furos Santa Luzia – JK1 e JK2).

Por fim, o EIA apresenta a caracterização da área do projeto face à cartografia das zonas potenciais de recarga de aquíferos e da vulnerabilidade à poluição das águas subterrâneas.

A CA tem apenas a referir que o EIA poderia ter recorrido a um ano de referência mais recente para a caracterização da rede hidrográfica na ilha do Pico, sem prejuízo da mesma não ter sofrido alterações significativas ao longo dos anos, como por exemplo o Volume 6 relativo ao PGRH-Açores 2022-2027. No entanto o verificado não compromete o prosseguimento para a fase seguinte, sendo suficiente a caracterização deste fator ambiental.

### **- Ecologia**

O RT apresenta o enquadramento ecológico da região biogeográfica dos Açores e expõe a metodologia adotada na caracterização da componente ecológica da área de estudo identificando, separadamente, as espécies de fauna e flora presentes, bem como o seu estatuto de colonização e de proteção.

Quanto à fauna, o RT identifica, ainda, não só as espécies observadas durante os trabalhos de campo realizados, mas também aquelas cuja ocorrência ao nível da área do projeto e envolvente seja provável, informação que se encontra sistematizada na Tabela 3.7.

De entre as espécies animais detetadas, ou com ocorrência provável, na área de estudo, destacam-se seis espécies de aves endémicas dos Açores, mas que possuem estatuto de conservação de pouco preocupante no arquipélago: milhafre; pombo torcaz, tentilhão-dos-Açores; estrelinha de poupa; canário da terra e melro-preto.

No que se refere à flora, o RT refere que a área de estudo apresenta, na sua generalidade, uma densa ocupação florestal, composta maioritariamente por espécies nativas e introduzidas naturalizadas do estrato arbóreo e arbustivo, nomeadamente faia, urze e pinheiro-bravo. Verifica-se também a ocorrência, com alguma expressão, de manchas de vegetação invasora, colonizadas por espécies tais como o incenso e a acácia. Nesse contexto, salienta-se que a urze (*Erica azorica*) é uma espécie vegetal endémica dotada de estatuto de proteção no arquipélago dos Açores, ao abrigo da Convenção de Berna e Diretiva Habitats.

Numa perspetiva global, não obstante a presença de robustas manchas de vegetação nativas, considera que a área de estudo apresenta baixa diversidade específica e um valor ecológico reduzido.

A CA considera suficiente a caracterização o RT, não tendo qualquer comentário a efetuar.

## **- Qualidade do Ar**

Para efeito de caracterização da situação de referência, o RT considerou os dados disponibilizados pelo Relatório da Qualidade do Ar (RQA) 2022, designadamente da estação de monitorização da qualidade do ar do Faial (tipologia rural de fundo), representativa dos Açores, com enfoque no poluente PM<sub>10</sub>, atento ser o que apresenta maior probabilidade de ser gerado pela implementação do projeto.

O EIA, realiza um breve enquadramento teórico do tema “qualidade do ar”, designadamente no que à poluição respeita e assume que o principal impacte será, no que a este domínio concerne, o decorrente do aumento dos valores de partículas em suspensão (tipicamente associados à tipologia do empreendimento) gerado na área de estudo.

A análise continua com a apresentação dos resultados constantes do RQA 2022 para a estação antes referida, designadamente no parâmetro das partículas finas em suspensão – PM<sub>10</sub>.

A CA considera suficiente a caracterização o RT, não tendo qualquer comentário a efetuar.

## **- Ambiente Sonoro**

O RT apresenta um enquadramento teórico para o domínio do ambiente sonoro, referindo, ainda, as principais diretrizes e parâmetros existentes na legislação regional em matéria de ruído. Pela inexistência de mapa de ruído para o município de São Roque do Pico, a caracterização da área de estudo é realizada pela identificação das fontes sonoras e recetores sensíveis na área de estudo.

São apontadas como principais fontes sonoras que compõem o ruído ambiente na área de estudo, a operação de maquinaria e a circulação de veículos inerentes às atividades desenvolvidas na área industrial contígua, a circulação de veículos na rede viária, bem como a atividade aeroportuária.

O EIA refere a não existência de edifícios habitacionais, escolares, hospitalares ou similares ou espaços de lazer na proximidade da área do projeto, pelo que não se identificam recetores sensíveis ao ruído gerado pelo projeto.

A CA considera suficiente a caracterização apresentada para este fator ambiental.

## **- Vibrações**

O RT começa por explicar o conceito de vibração, realizando um breve enquadramento teórico das suas principais causas e efeitos. Para a área de estudo, são identificadas como possíveis fontes de vibrações a atividade industrial desenvolvida no local, bem como a circulação de viaturas pesadas na rede viária.

Embora seja referida a inexistência de edifícios habitacionais, escolares, hospitalares ou similares ou espaços de lazer na proximidade da área do projeto, é apontada a existência de um núcleo edificado (Lajido do Meio) a uma distância aproximada de 660 metros do limite da área de projeto.

A CA considera suficiente a caracterização apresentada para este fator ambiental no EIA.

### **- Paisagem**

No que concerne à Paisagem, o RT começa por expor a metodologia de caracterização da Paisagem, tendo sido feito enquadramento da área de estudo nas unidades de paisagem da ilha do Pico, conforme o definido no Livro das Paisagens dos Açores – Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores (SRAM/DROTRH, 2005) e no Sistema de Informação e Apoio à Gestão da Paisagem dos Açores (SIAGPA) (disponível em <http://ot.azores.gov.pt/SIAGPA.aspx/>). Foi também realizada modelação da acessibilidade visual à área do projeto.

O EIA explica o conceito de unidades de paisagem e identifica e descreve a única unidade presente na área de projeto: “P2 | Encosta Norte”. No contexto desta unidade de paisagem salienta-se a existência do elemento singular da paisagem: ESP1 – Paisagem da Cultura da Vinha, que se encontra integralmente classificado como Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

Por fim, o EIA procede à apresentação dos critérios para a análise da visibilidade da área do projeto tendo recorrido a métodos automáticos em ambiente SIG (Sistema de Informação Geográfica). Da simulação da acessibilidade visual da área do projeto realizada, resulta que a mesma é visível a partir alguns troços da estrada regional, a sul. Contudo, tendo em conta a presença de vegetação nos seus limites e imediações, a área do projeto apresentará visibilidade reduzida a partir das estradas circundantes.

A CA considera suficiente a caracterização apresentada para este fator ambiental.

### **– Socio-economia**

Relativamente à caracterização deste descritor, o EIA incide sobre os domínios da população, emprego e atividades económicas. No que respeita à população, é realizada a caracterização da Região, da ilha e do concelho, tendo por base informação dos Censos de 2021.

No que concerne ao emprego, Segundo dados dos Censos 2021, o município de São Roque do Pico possui uma taxa de desemprego inferior à taxa global da RAA e da ilha do Pico. O EIA disponibiliza, ainda, informação quanto à distribuição da população empregada pelos diversos sectores de atividade, concluindo que o sector terciário é o que emprega maior percentagem de população no concelho de São Roque do Pico (74,16%), seguido do sector secundário (17,62%) e do sector primário (8,22%). Estes valores seguem o mesmo padrão de distribuição, por sectores de atividade, do registado na RAA e na ilha do Pico

Para a caracterização do tecido empresarial, o EIA utiliza dados estatísticos disponíveis (INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas), para o ano de 2022, é analisada a importância do tecido empresarial de São Roque do Pico em relação à ilha do Pico e aos Açores, recorrendo a dados como o número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios

A CA considera suficientes os dados de caracterização apresentados.

#### **- Património**

O RT refere que não foram identificados imóveis classificados na área do projeto ou na sua envolvente. A análise foi feita com base na listagem constante do PDM de São Roque do Pico e no DLR n.º 3/2015/A de 4 de fevereiro.

### **Capítulo 4– IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTES**

O RT inicia o capítulo com a apresentação da metodologia utilizada para a identificação, caracterização e avaliação dos impactes, identificando as fases de construção, exploração e desativação associadas ao projeto, enquadradas nas ações que lhes estão associadas. Depois, por fator ambiental considerado mais relevante, o EIA identifica e qualifica os impactes que os autores perspetivam para o projeto.

A CA esclarece que, por norma, na apreciação da conformidade do EIA não se pronuncia sobre a avaliação, qualificação e quantificação dos impactes estimados, nem da adequação das medidas, para não influenciar os interessados que se manifestem na Consulta Pública, limitando-se nesta fase a apontar as imperfeições que considera significativas que importa

alertar ou mesmo corrigir, desde que não haja erros que subvertam as conclusões de forma grave.

Seguidamente a CA irá expor, ainda os resultados da apreciação ao capítulo, relevando que, quando não houver qualquer aspeto significativo a referir para um dado fator ambiental, o mesmo pode estar omissa na listagem abaixo, onde se optou por expor preferencialmente as considerações que importassem esclarecer o público ou que devem ser aperfeiçoadas no RT.

#### **- Clima**

O EIA refere não serem expectáveis impactes neste descritor, em nenhuma fase do projeto. A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

#### **- Geologia e Geomorfologia**

Com a implementação do projeto o EIA considera expectável a ocorrência de impactes neste fator ambiental em todas as fases do mesmo, designadamente por via da erosão e dispersão de materiais, mas também, na fase de exploração, pelo consumo do recurso mineral e pela alteração da morfologia da área de exploração.

Os impactes são avaliados e são apresentadas medidas de minimização para o presente fator ambiental.

Não é apresentado qualquer programa de monitorização e a CA, também, entende, à partida, não ser necessário.

A CA considera estarem reunidas as condições, no âmbito deste fator ambiental, para que o EIA possa ser colocado em consulta pública.

#### **- Ecologia**

A Avaliação de impactes Ambientais realizada no EIA incide sobre as fases de construção, exploração e desativação do projeto.

A CA considera que na fase de exploração também deve ser avaliada a afetação sobre a flora, ou explicado o motivo pelo qual ela não foi efetuada nesta fase.

#### **- Solos**

São identificados impactes para as fases de construção e desativação, sendo o mesmo objeto de classificação. Para a fase de exploração não são identificados impactes, justificando o EIA com o facto de os mesmos ocorrerem, logo, na fase de construção. O EIA preconiza medidas de minimização para os impactes e não foi considerado necessário propor qualquer programa de monitorização.

Relativamente à ocupação do solo, é expectável que a mesma se altere, uma vez que as áreas serão transformadas, pelo que se julga adequado que o EIA proceda à avaliação deste impacte (significativo e negativo).

### **- Hidrogeologia e Recursos Hídricos**

Com a implementação do projeto o EIA considera expectável a ocorrência de impactes neste fator ambiental em todas as fases do projeto, concretamente ao nível da contaminação de águas subterrâneas.

O EIA refere que a execução das ações nas fases de construção, exploração e desativação, requer a utilização de equipamentos motorizados de carga e transporte, que poderão originar derrames acidentais de substâncias poluentes, nomeadamente derivados de hidrocarbonetos.

Considerando a baixa probabilidade de ocorrência destas situações, o reduzido volume de substâncias poluentes envolvidas e que a área do projeto não é abrangida por zonas de proteção a captações de água para abastecimento público, este impacte é classificado como negativo e pouco significativo.

O EIA propõe medidas de minimização de carácter geral relacionados com a promoção de uma adequada gestão e manuseamento dos resíduos e outros produtos potencialmente poluentes, nomeadamente, óleos e combustíveis, através da sua recolha, separação e encaminhamento para destino final adequado, reduzindo a possibilidade de ocorrência de situações acidentais (ex. derrames).

A CA nada tem a acrescentar em relação a este descritor.

### **- Qualidade do Ar**

De acordo com o EIA e para este descritor, são expectáveis impactes em todas as fases do projeto, designadamente por via da emissão de poluentes atmosféricos. O impacte é, ainda, objeto de classificação, em cada uma das fases. São apresentadas medidas de minimização para o presente fator ambiental e nenhum programa de monitorização.

A CA considera estarem reunidas as condições, no âmbito deste fator ambiental, para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

#### **- Ambiente Sonoro**

No que a este descritor respeita, o EIA considera expectável a ocorrência de impactes em todas as fases do projeto, designadamente por via da produção de ruído por parte dos equipamentos motorizados afetos ao desenvolvimento das atividades. O impacte é objeto de classificação como negativo e pouco significativo, atenta a ausência de recetores sensíveis na área de projeto e sua envolvente.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

#### **- Vibrações**

O EIA identifica, para este descritor, impactes relacionados com a geração de vibrações decorrentes da utilização de explosivos e martelo hidráulico. O impacte está reconhecido para a fase de exploração e foi classificado como negativo, embora pouco significativo, atenta a utilização pontual de explosivos e pela ausência de recetores sensíveis na envolvente imediata da área de projeto.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

#### **- Paisagem**

No que concerne à Paisagem, o EIA considera expectável a ocorrência de impactes, como a descontinuidade visual e cénica da paisagem local para a fase de construção e a disrupção visual associada à exploração da pedreira, durante a fase de exploração.

No entanto, e na fase de desativação, a área explorada retomará uma ocupação em floresta nativa, compatível com a envolvente e com a situação de referência, não se perspectivam impactes sobre o fator ambiental Paisagem no âmbito desta fase do projeto.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

#### **- Socio-Economia**



Para este descritor o EIA considera a ocorrência de impactes em todas as fases do projeto referentes á Criação/Manutenção de postos de trabalho e classificando-o genericamente como positivo e pouco significativo.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

#### **- Património**

O RT refere que não foram identificados impactes para este fator ambiental em qualquer das fases do projeto.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

#### **- Impactes Cumulativos**

O EIA assume a ocorrência de impactes cumulativos e negativos, decorrentes da implementação do projeto, da existência de um conjunto de unidades industriais contíguas (do proponente), bem como do funcionamento, a cerca de 1 Km, de uma extração de massas minerais designada “Pedreira do Meio Mundo”. Estes impactos deverão ocorrer fundamentalmente ao nível dos fatores ambientais associados à produção de ruído, bem como ao nível do descritor paisagem.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

### **Capítulo 5 – MINIMIZAÇÃO DE IMPACTES**

O EIA dedica um capítulo à apresentação de medidas de minimização, medidas compensatórias e medidas de potenciação dos impactes apontados no capítulo anterior.

Apesar de algumas destas medidas estarem já mencionados no capítulo anterior do presente parecer, a CA não tem outros comentários a adicionar ao exposto, na medida em que, na apreciação da conformidade do EIA, não se pronuncia sobre a adequação das medidas, para não influenciar os interessados que se manifestem na Consulta Pública, limitando-se nesta fase a apontar as imperfeições que considera significativas que importa alertar ou mesmo corrigir.

## Capítulo 6 – PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO

O EIA não preconiza, a partida, qualquer programa de monitorização, fundamentando a opção nos impactes identificados e avaliados. Tendo em conta o facto de só depois da Consulta Pública a CA se pronunciar sobre a avaliação dos impactes e adequabilidade das medidas (para não influenciar a própria Consulta Pública), só no parecer final apreciará da necessidade de realização de programas de monitorização.

## Capítulo 7 – ALTERNATIVA AO PROJETO

Em matéria de Alternativa ao Projeto, no presente EIA é apenas considerada a alternativa “ausência de intervenção”, que no presente caso corresponde à não implementação do projeto / licenciamento da pedreira.

Refere o Estudo que atenta a situação do terreno em relação à rede viária, às condicionantes legais e à existência de instalação industrial contígua ao local proposto, apenas foi considerada a solução avaliada, por apresentar as melhores condições do ponto de vista logístico, de aproveitamento do recurso disponível, bem como em termos de ordenamento do território.

A CA considerou que, face ao referido, a ausência de alternativas não é impedimento para que o procedimento siga para a fase de consulta pública.

## Capítulo 8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CA não costuma pronunciar-se sobre as várias conclusões do EIA antes da realização da Consulta Pública.

### **3.2 – Resumo Não Técnico (RNT)**

O RNT começa por explicar no que consiste um Resumo Não Técnico, seguindo-se uma explicação acerca do procedimento e os aspetos mais relevantes deste, do estudo e dos objetivos do conjunto.

Seguidamente expõe uma síntese do conteúdo mais importante do RT equacionando os diversos fatores ambientais e os impactes sobre os mesmos.

Na generalidade o essencial da informação contida no RT está transposta para o RNT, todavia este enferma, naturalmente, das imperfeições decorrentes dos aspetos apontados para o RT, pelo que a CA entende que o RNT deverá verter o proposto para o RT.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DELIBERAÇÕES**

A CA verifica que o EIA embora se apresente globalmente adequado, regista lacunas e imperfeições que, contudo, são possíveis colmatar e corrigir antes da Consulta Pública, de modo a não comprometer a conformidade do EIA, designadamente:

- I. O Relatório Técnico deve ser revisto de forma a introduzir os vários melhoramentos e a colmatar lacunas, de acordo com o referido ao longo do presente parecer, designadamente no que concerne à “Conformidade com Condicionantes e Ordenamento do Território”, bem como no que respeita aos descritores “Ecologia” e “Solos”.
- II. O Resumo Não Técnico deverá refletir o conjunto de elementos adicionados, correções e clarificações complementares atrás solicitadas.

Estando o projeto em fase de execução considera-se que para a avaliação adequada dos impactes, nas diferentes fases, importa proceder ao aditamento da informação anteriormente referida e à clarificação das questões anteriormente exportas no presente parecer, antes de o presente procedimento de AIA prosseguir para a fase de Consulta Pública.

Assim, esta Comissão de Avaliação, ao abrigo do n.º 4 do artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, considera que o Estudo de Impacte Ambiental deve ser alvo dos aperfeiçoamentos indicados nos números anteriores deste parecer. O promotor deverá remeter o EIA com as correções / adições de elementos antes referidos e proceder à impressão dos documentos em formato físico conforme legalmente estipulado e imprescindíveis à consulta pública, a submeter à Autoridade Ambiental. Deverão ser apresentados 5 conjuntos de RT e RNT e novos ficheiros em formato digital não editável.

Para o efeito, concede-se um período de 30 dias úteis, prorrogáveis a pedido do proponente, para a entrega das alterações ou justificações mencionadas, bem como dos elementos impressos, sob pena do procedimento não prosseguir se o prazo indicado não for respeitado sem realização atempada de uma solicitação e justificar a respetiva extensão que deve vir acompanhada de uma data previsível para a posterior entrega, suspendendo-se, entretanto, a contagem de tempo até à receção dos elementos solicitados.

Desde já a CA regista que, caso seja declarada a conformidade, importa ter presente a necessidade de, em fase de consulta pública, ser promovida a consulta formal às seguintes entidades:

- Câmara Municipal de São Roque do Pico, para parecer no âmbito da compatibilidade do projeto com o seu PDM e em matéria de infraestruturas rodoviárias, uma vez que a área do projeto confronta com um Caminho Municipal;
- Autoridade Nacional de Aviação Civil, para parecer, tendo em conta a proximidade do projeto à zona de proteção da infraestrutura aeroportuária;
- Gabinete Técnico da Paisagem Protegida da Vinha da Ilha do Pico, para parecer, atento o facto de o projeto confrontar com a Paisagem Protegida da Vinha da Ilha do Pico e integrar a zona de defesa a esta.
- Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial, para pronuncia, atenta a proximidade ao limite da condicionante - Regime Florestal (embora sem sobreposição).

Horta, 16 de setembro de 2024

**P'la Comissão de Avaliação**

O Presidente da CA